

DO CORPO VERBAL AO CORPO AUDIOVISUAL: OS PERCURSOS DO CORPO SIGNIFICANTE NA OBRA DE MICHEL PÊCHEUX E O ÉDIPO LINGUAGEIRO

Luiz Carlos Martins de Souza

Universidade Federal do Amazonas

Resumo: Procurando entender o que Michel Pêcheux chama de mistério da sexualidade em meio às problemáticas da ciência linguística, proponho ampliar sua noção de Édipo linguístico para Édipo languageiro, em suas implicações na abordagem do que é constitutivo nas posições de sujeito num texto verbal em relação às posições de sujeito num texto audiovisual. Partindo dos fundamentos estabelecidos por Freud, Lacan e Althusser, esse artigo procura esboçar o percurso sobre o corpo em trabalhos de Pêcheux. Para isso, trato da castração simbólica, do complexo de Édipo, do imaginário linguístico e do corpo verbal.

Palavras-Chave: Corpo; Michel Pêcheux textualização audiovisual; análise de discurso; complexo de Édipo.

Abstract: Trying to understand what Michel Pêcheux calls the mystery of sexuality among the problems of linguistic science, I propose to expand his notion of linguistic Oedipus in its implications in the approach that which is constitutive of the subject position in an verbal text in relation to the subject position in an audiovisual text. From the foundations established by Freud, Lacan and Althusser, this paper seeks to outline the pathways of the body in the work of Pêcheux. To do that, I look at symbolic castration, Oedipus complex, linguistic imagery and verbal body.

Keywords: Body; Michel Pêcheux; audiovisual textualization; discourse analysis; Oedipus complex.

A compreensão do corpo na Análise de Discurso Materialista (AD) evita o biologismo, fazendo aparecer sua desorganização simbólica contraditória. Esse biologismo, presente em Chomsky, absorve o Real histórico na “biologia fantástica”, foracluindo o Real histórico da esfera da razão, fazendo-o desconhecimento eterno, ao acreditar num Real da gramática universal, como se fosse perceptível na própria existência da linguagem, imediatamente presente na razão (Gadet & Pêcheux, 2004,

p.199). Na AD, essa compreensão do corpo é tributária a Lacan, que se opôs o tempo todo a pensar o animal humano como uma totalidade homogênea de causa e efeito entre o biológico e o simbólico. Assim, de nosso ponto de vista, o indivíduo é divíduo, o sentido não é um só, o texto é composto de fragmentos. O Um está dividido, e sua aparente unidade é imaginária. A partir da retomada desse percurso sobre o corpo na AD, esse texto procura entender as produções dos sujeitos e esmiuçar a questão sobre se as posições de sujeito num texto

verbal correlacionam-se diretamente com as posições de sujeito num texto audiovisual, traduzindo-se equivalentemente de um para o outro. Começamos o percurso a partir de fundamentos estabelecidos por Freud, Lacan, Althusser, para esboçarmos a leitura de Pêcheux.

A AD pressupõe a Linguística, a Psicanálise e o Materialismo Histórico para produzir um objeto específico: o discurso. Levando isso em conta, a AD articula Imaginário, Simbólico e Real para compreender esse objeto específico num campo específico: as condições histórico-ideológicas da (re-)produção dos sujeitos e dos sentidos. Como afirma Orlandi (1995, p.16) a especificidade da AD é que ela articula essas três noções em relação à ideologia e à determinação histórica e não ao inconsciente, caso da Psicanálise, e vai tratar do Real da língua, do Real do inconsciente e do Real da história. A Análise de Discurso, portanto, trata dos efeitos da evidência, produzidos pelos mecanismos ideológicos no domínio do Imaginário. Nele está a condição do significar do sujeito e do sentido. Apesar da linguagem, como condição do inconsciente, introduzir para todo ser falante uma discordância com sua realidade, a unidade imaginária é necessária. Essa é uma das grandes contribuições da AD, segundo Orlandi:

observar os modos de construção do imaginário necessário na produção dos sentidos. Por não negar a eficácia material do imaginário, ela torna visíveis os processos de construção desse "um" que, ainda que imaginária, é necessária e nos indica os modos de existência e de relação com o múltiplo (op. cit, p.18)

Estudar o funcionamento do audiovisual é fazer aparecer outros aspectos do funcionamento do imaginário. Penso esse "Um" como o funcionamento do Édipo, o lugar da filiação, na linguagem, esboço sugerido nos últimos trabalhos de Pêcheux. Esse funcionamento edípiano na linguagem é o que me faz retomar o trabalho de Pêcheux, Fuchs e Gadet para abordar o corpo significativo, o Édipo linguageiro. O um

temporário e imaginário. Para isso, relembremos que na Psicanálise, as múltiplas situações que forjam a singularidade de cada sujeito, são organizadas pela "função simbólica", como princípio inconsciente. A materialidade da função simbólica, sua 'letra', é o significante. É ele o elemento significativo do discurso, que determina o sujeito, à sua revelia, em seus atos, palavras e escolhas. Nessa ordem, o significante precede e determina o significado: se o homem fala é porque o símbolo o fez homem, dirá Lacan, afetado por Freud e Levi-Strauss.

Mas Lacan também reelabora a idéia de que o pertencimento de um sujeito a seu ambiente se dá como uma relação de dependência entre essa unidade imaginária, que tomamos como indivíduo, e seu meio, em vez de ser um contrato entre o tal indivíduo livre e a sociedade. É daí que ele elaborará sua compreensão sobre o Imaginário.

O funcionamento do Imaginário, do Simbólico, e do Real: a castração simbólica, a função paterna e a função materna. Freud descobriu uma primeira forma inesperada de conflituosidade nos indivíduos. Não suportamos a idéia de que temos um inconsciente: todos desenvolvemos um reflexo de "defesa" ante a idéia de inconsciente, espontaneamente. Nosso inconsciente recalca automaticamente sua existência "por meio de uma compulsão de repetição(Wiederholungszwang)" (Althusser, 2000, p.88-9). Esse recalamento é a natureza do inconsciente, sua característica. E tal princípio tem sua parte de responsabilidade na submissão dos sujeitos à ideologia, é uma das determinações específicas do antagonismo ideológico de massa. Em Freud, o psiquismo se permite perceber como

estruturado sobre o modelo da unidade centrada numa consciência: mas estruturado como um 'aparelho' que comporta 'sistemas diferentes', irreduzíveis a um princípio único. (...)Esse aparelho não é uma unidade centrada, mas um conjunto de instâncias constituídas pelo jogo do recalque inconsciente. (...) o ego, que antes era unicamente o reino da consciência, converte-se, ele mesmo, em parte, em inconsciente, parte interessada no conflito

do recalque inconsciente pelo qual se constituem as instâncias. (...) a consciência é incapaz de ver a "diferença dos sistemas", em cujo interior nada mais é senão um sistema entre outros, cujo conjunto está submetido à dinâmica conflituosa do recalçamento. (...) as diversas instâncias não possuem outra unidade senão a unidade de seu funcionamento conflituoso (id., p.89-90).

Althusser contrasta Freud e Marx. Este, ao querer compreender o que é uma formação social, lida com uma causalidade pelas relações e não pelos elementos. As relações (de produção, de classe, etc.) são determinantes de todo processo econômico ou histórico. Não são os indivíduos, mas a luta de classes é o que determina as relações de produção e as forças produtivas. Esse é o Real da história. Os indivíduos são suportes (Träger) de funções determinadas e fixadas pelas relações de luta de classes (econômicas, políticas e ideológicas) que movem toda a estrutura social (id., p.87). Marx se ocupou de descobrir as leis da sociedade capitalista em que os indivíduos concretos existem, vivem e lutam. Assim, vai considerá-los apenas provisoriamente, como suportes: teoria da individualidade social ou das formas históricas da individualidade. Com Marx, o sujeito humano, o ego econômico, político ou filosófico, não é o "centro" da História. Seu "centro" é uma estrutura necessária apenas para consolidar o desconhecimento ideológico. Com Freud, o sujeito real, o indivíduo em sua essência singular, perde o seu centro: o ego, o "eu" ("moi"), a "consciência" ou na "existência" - "quer esta seja a existência do para-si, do corpo-próprio, ou do 'comportamento'". Aqui a estrutura serve ao desconhecimento imaginário do "eu" (id., p.71). Althusser mostra como o simbólico e o político se relacionam em uma injunção ao Um. A ideologia burguesa significa essa injunção em seu funcionamento pelo totalitarismo da consciência:

Que a consciência seja síntese significa que realiza, no sujeito, a unidade da diversidade de suas impressões sensíveis (da percepção ao conhecimento), a unidade de seus atos morais, a unidade de suas aspirações

religiosas e também a unidade de suas práticas políticas. A consciência aparece, assim, como a função, delegada ao indivíduo pela natureza humana, de unificação da diversidade de suas práticas, sejam estas de conhecimento, morais ou políticas. Traduzindo essa linguagem abstrata: a consciência é obrigatória, para que o indivíduo dela dotado realize, em si, a unidade exigida pela ideologia burguesa, a fim de que os sujeitos se adequem à sua própria exigência ideológica e política de unidade, ou seja, para que a conflituosa cisão da luta de classes seja vivida por seus agentes como uma forma superior e espiritual de unidade (ALTHUSSER, 2000, p.85).

Marx se dirigiu contra essa unidade, contra a identidade da consciência. Através da análise da função de unidade, ele desmontou a ideologia burguesa, em sua unidade ilusória. Esse fantasma de unidade que a ideologia burguesa provoca na consciência, é um efeito que lhe é indispensável para funcionar. Capta-se a unidade profunda da ideologia burguesa e de suas formações teóricas e práticas, ao se compreender que "os diferentes 'sujeitos-conscientes-de' são unificadores da identidade social do indivíduo, enquanto eles mesmos estão unificados como outros tantos exemplares de uma ideologia do 'homem', ser naturalmente dotado de consciência" (id., p.86). Althusser fala que a ideologia da unidade do sujeito, considerado como sujeito de suas condutas e de seus atos, é o núcleo da ideologia psicológica. É essa unidade que se espera que o corpo congregue. É essa a demanda para o corpo. No meio do caminho havia o real. O Real em Lacan é pensado como um resto impossível de simbolizar, e o Simbólico é o lugar do significante e da função paterna. O Imaginário é o lugar do primado do eu, da fusão com o corpo da mãe, por isso Lacan, que no início do seu percurso propusera-o no estágio do espelho, vai defendê-lo como lugar da relação dual com a imagem do semelhante. Apreende, assim, um espaço para localizar os fenômenos das ilusões do eu, da alienação, da captação e do engodo. Tudo o que se relaciona com a imaginação, com a faculdade humana de representar coisas em pensamento,

independentemente da realidade, é da instância das imagens: diz respeito ao imaginário, logo à função materna.

Assim, com suas formulações em O Estágio do Espelho, Lacan indica que o papel identificatório se desenrola na esfera visual, tátil, gustativa, auditiva e olfativa em relação ao corpo da mãe, do qual a criança depende para sobreviver. Nessa fase, a falta de coordenação motora e sua dependência para se alimentar indica a incompletude da criança, fazendo com que, apesar disso, ela se reconheça como *una*. O psíquico prevalece sobre o biológico. A figura do outro, da mãe, ou de quem exerce essa função, provoca a *gestalt* completando esse ser incompleto, constituindo sua subjetividade. Assim, a função materna, o desejo da mãe é o desejo da mãe pela criança e desejo da criança pela mãe. A situação narcísica de completude, decorrente do desamparo do bebê humano e de sua dependência do outro para sobreviver, assume essa forma condensada, uma célula narcísica. Aqui se dá um movimento primordial que se repetirá, se multiplicará e que nos fará seres de ficção e de linguagem: “o estágio do espelho é um drama cujo impulso interno se precipita da insuficiência para a antecipação” (apud Porge, 2006, p.70). De qualquer maneira, a primeira contradição com a qual lidamos é a prematuração:

A prematuração no nascimento introduz o simbólico no imaginário, na medida em que constitui o animal humano como ‘sujeito para a morte’, ‘capaz de imaginar-se mortal’ (...) o primeiro tempo em que o sujeito não se distingue da imagem que o aliena deve ser completado com um tempo de identificação ao outro que vem no lugar da imagem; o eu - com o "eu" ["je"] - termina de constituir-se, no mesmo tempo que o próximo, no drama do ciúme do objeto do desejo do outro. (...), o sujeito está engajado em uma concorrência agressiva pelo objeto do desejo do outro, por identificação ao outro, e “é dela que nasce a tríade do outro, do eu e do objeto”. (...) Ele encerra o estágio do espelho e representa a viragem do "eu" ["je"] unicamente especular, imaginário, ao "eu" ["je"] social, simbólico. Falar do "eu" ["je"] e não do "eu" ["moi"] já é um modo de

significar a intrusão do simbólico no imaginário (id.ib.).

Uma ordem recobre a outra? Seria possível separar e definir a atuação de uma e outra ordem? Eis na Psicanálise a constituição do discurso-outro que Pêcheux busca modos de analisar. O Estágio do Espelho se processa como um mito da origem da completude. Por esse prisma, a situação humana decorre de uma desnaturalização. Seguindo Lacan, há um inconsciente unicamente especular, que faz da criança um ser com a mãe. A divisão ainda não ficou estabelecida para esse eu(je) inconsciente-imaginário. Com a intrusão do simbólico, o inconsciente-imaginário vira inconsciente-simbólico. O Real da língua e o Real do Inconsciente se imbricam. O Simbólico que é anterior será/fará sentido como posterior ao Imaginário. O desejo que nos move é essa injunção para a busca da completude perdida, que instaura a falta: “A fantasia é sempre de completude, passamos a vida buscando uma completude que não existe, para obter o amor da mãe da função materna” (LEITE, 1997, p.1).

A castração instaura a falta. A criança não sabe nada sobre a diferença sexual anatômica nos primeiros anos, e vai ser nela introduzida *a posteriori*. Dentre as perdas, na fase oral, a criança perde o seio da mãe; na fase anal, perde o cíbalo; na fase fálica, perde o falo. “A falta aponta para o narcisismo, que é a própria completude. Ameaça de castração é tudo o que ameaça o narcisismo, o corpo próprio. A falta é sempre narcísica” (id. ib.). A castração, dessa forma, “é a perda da completude pensada como organização das pulsões parciais em torno de um único objeto”. O Eu que é puro prazer, o eu ideal é o Imaginário. “Eu tomo algo do ‘A’, que me torna completo. Completude, figura mítica, momento mítico, que pode ser colocado no futuro” (id. ib.). Essa falta-a-ser é lidar com a completude perdida: falta-a-ser UM. Aí a castração da mãe como função que não produz completude. O pai é que instaura a falta. O UM sempre será a busca e o engodo que se engendra no corpo.

Pêcheux (2002, p.46) também chama atenção para a castração simbólica como um fato estrutural, próprio à ordem humana, e

este fato precisa ser levado em conta se quisermos evitar uma ciência régia, de natureza sistêmica, presa a descrições que esbarram num logicismo de ordem psico-biológica, que não reconhece que a interpretação constitui todo fato e que, portanto, a ordem humana não se restringe ao bio-social.

Isso me faz pensar que o Real da língua reorganiza pelo simbólico o lugar da função materna e da função paterna. Uma dominância epistemológica parece se forjar na história pela injunção dominadora de uma ou outra função, impedindo o Édipo de se realizar. Trago em mim a minha morte. Entre ser e não ser, eis-nos a questão: como a função materna e a função paterna se confundem para nos dar a sintaxe, a enunciação e o sujeito enunciador? Como o imaginário, funcionando como a função materna, se coloca como prévio ao simbólico sendo posterior a ele, como vemos na ênfase ao conteudismo e no idealismo? A entrada do sujeito na linguagem seria anterior ou concomitante à sua entrada na sociedade?

O complexo de castração, segundo a Psicanálise substitui o complexo de Édipo. O mito grego teria, segundo Freud, apoderado-se de uma compulsão que todos reconhecemos, porque todos a sentimos. Na tragédia escrita por Sófocles, Édipo é filho de Laio e Jocasta em Tebas. É separado dos pais após o vaticínio de que ele mataria o pai. Deveria ser abandonado num monte, mas o criado responsável pela tarefa, entrega-o a um pastor de ovelhas. Édipo acaba sendo criado em Corinto. Tentando descobrir sua paternidade, Édipo vai para Delfos consultar o oráculo. Fica sabendo que seu destino é matar seu pai e desposar sua mãe. Tentando fugir desse vaticínio, viaja. Em suas andanças vai para Tebas e no caminho se desentende com um velho desconhecido e o mata: é Laio, seu pai. Após derrotar a Esfinge, vira herói em Tebas. Seu prêmio é casar com uma viúva, irmã do regente de Tebas, Jocasta, sua mãe. Ele se torna pai de quatro crianças. Vem uma praga sobre Tebas e ela só se afastará, segundo o oráculo, quando o assassino de Laio for expulso da cidade. O pai adotivo de Édipo morre e ele fica sabendo de toda a

história. Sua mãe e esposa se mata. Ele vaza os próprios olhos e se exila com sua filha Antígona.

Dessa forma Édipo se torna símbolo universal do inconsciente, que se disfarça de destino. O desejo parricida é de caráter universal, uma fatalidade inexorável, nossa pulsão assassina. Na interpretação psicanalítica, a figura paterna se coloca como obstáculo à realização dos desejos inconscientes da criança em se fundir com a mãe. Confusão. A função simbólica do pai é intervir, sob a forma da lei, para privar a criança dessa fusão. Do pai é exigido que ele promova a castração do filho: a lei primordial, "é, pois, aquela que, regulando a aliança, superpõe o reino da cultura ao reino da natureza, entregue à lei do acasalamento. É isso que possibilita contraditoriamente a assunção do corpo como unidade imaginária e como incompletude que se pretende completar com um outro corpo. O corte no cordão umbilical, o desejo pelo útero materno e pela conexão que se vê a si num todo e ao outro como extensão de si. Essa lei, portanto, faz-se conhecer suficientemente como idêntica a uma ordem de linguagem" (LACAN apud PLON & ROUDINESCO, op. cit., p.168). Esses autores também citam Vernant, para quem o destino excepcional de Édipo é a vitória sobre a Esfinge:

colocaram-no acima dos outros cidadãos, além da condição humana - semelhante ou igual a um deus - e, através do parricídio e do incesto, que consagraram seu acesso ao poder, também o rejeitaram para alguém da vida civilizada, excluíram-no da comunidade dos homens, reduzido a nada, igual ao nada (id., p.169).

Seus dois crimes, sem ele o saber nem o querer, seu erro inexpiable teria sido misturar em si três gerações etárias, "que deviam seguir-se sem jamais se confundir nem se superpor no seio de uma linhagem familiar" (id. ib.). De um adulto firme sobre seus dois pés, torna-se semelhante a seu pai, um velho que, com a ajuda da bengala, tem três pés; como também semelhante aos seus filhos-irmãos, engatinhando de quatro.

No Complexo de Castração, a criança inconscientemente se sente ameaçada ao constatar a diferença anatômica entre os sexos. Antes disso, a hipótese dos meninos é de que todos os seres humanos possuam pênis. Pelo Complexo de Castração, na angústia que ele gera, o menino se desliga do investimento feito na mãe e passa a se identificar com o pai. Essa mesma angústia de castração faz a menina ingressar no complexo de Édipo, invejando o pênis e sentindo-se castrada, deseja ter um filho do pai.

A última etapa do Édipo, a "castração"(...) Quando o menino vive e resolve a situação trágica e benéfica da castração, ele aceita não ter o mesmo Direito (falo) que seu pai, e, particularmente, não ter o Direito do pai sobre sua mãe, que se revela então dotada do estatuto intolerável do duplo papel, mãe para o menino, mulher para o pai; mas, assumindo o fato de não ter o mesmo direito que seu pai, ele ganha, com isso, a segurança de vir a ter um dia, mais tarde, quando se tiver tornado adulto, o direito que lhe é agora recusado, por falta de "meios".

Assim a Psicanálise explica, em parte, a heterossexualidade: pelo desaparecimento "bem-sucedido" do complexo de Édipo. A mãe será substituída por outras mulheres, o menino passa a escolher um objeto do mesmo sexo da mãe; ou a menina se desliga de um objeto do mesmo sexo por outro de sexo diferente.

Que no Édipo a criança sexuada se torne criança humana sexual (homem, mulher), submetendo à prova do Simbólico seus fantasmas imaginários, e acabe, se tudo "caminha" bem, por se tornar o que é e se aceitar como é: rapazinho ou mocinha entre adultos, tendo seus direitos de criança nesse mundo de adultos, e possuindo, como qualquer criança, o pleno direito de vir a ser um dia "como papai", ou seja, um ser humano masculino, tendo uma mulher (e não mais apenas uma mãe), ou "como mamãe", ou seja, um ser humano feminino, tendo um esposo (e não somente um pai) - isto é apenas o termo da longa marcha forçada em direção à infância humana (ALTHUSSER, 2000, p.67).

A **função paterna** é a função que o pai ocupa na subjetividade, o que significa que o pai biológico pode ou não preencher essa função. O pai biológico não se superpõe ao pai simbólico. E o que vai determinar isso é o desejo da mãe: o pai será aquele que o desejo da mãe afirma, independente do que afirmam os genes ou a realidade. Nesse sentido, o pai assumirá na subjetividade do filho o que o desejo da mãe constrói: pode ser um pai castrado, impotente; pode ser um pai que não admite uma lei fora dele; ou pode assumir a função materna, suprimindo as necessidades da criança, assumindo o lugar da mãe fálica; ou pode ainda ser um pai desconsiderado, um pai morto. Os casos clássicos de pai que Freud e Lacan analisaram materializam essas ordens, de modo que a função paterna seja tudo o que pode barrar o Desejo da Mãe.

mesmo sem nenhum pai vivo, isso que é a presença em ato ao Pai (que é Lei), logo, da Ordem do significante humano, quer dizer, da Lei de Cultura: este discurso, condição absoluta de qualquer discurso, este discurso presente de cima, ou seja, ausente em seu abismo, em qualquer discurso verbal, o discurso dessa Ordem, esse discurso do Outro, do grande Terceiro, que é essa Ordem mesma: o discurso do inconsciente (id., ib.).

Em Totem e Tabu, Freud aponta que o pai ocupa o lugar da Lei. A Lei, que na Psicanálise de Freud é a proibição do incesto, é uma forma de leitura do Simbólico. Pela inserção do simbólico se faz proibido o desejo como descarga de estímulos; é preciso postergar e controlar essa descarga, fazer a interdição, fazer do animal humano, um homem que pode postergar seus instintos. Esse é o papel da educação. Segundo Lévi-Strauss, as relações de parentesco são a base de qualquer cultura, "isso é o que introduz o simbólico, uma relação de 'A', com 'A', uma relação de proibição de AxA, isso dá o acesso à linguagem. O sistema binário é a característica do simbólico" (id., p.2).

Entre o corpo biológico e o corpo significativo

Althusser também corrobora com a compreensão dessa estrutura sintática primordial que constitui a passagem do animal para o humano, o primado da estrutura formal da linguagem, e de seus mecanismos. A essência formal da ordem da linguagem se confunde com a lei da Ordem, com a Lei de Cultura. Essa estrutura sintática coordena a passagem da existência biológica à existência humana (filho de homem). Do indivíduo ao sujeito.

Lacan mostra a eficácia da Ordem, da Lei, que espreita, desde antes de seu nascimento, qualquer homenzinho que vai nascer, e se assenhora dele desde seu primeiro vagido, para lhe designar seu lugar e seu papel, logo, sua destinação forçada. Todas as etapas vencidas pelo filho de homem o são sob o reino da Lei, do código de assinação, de comunicação e de não-comunicação humanas; suas 'satisfações' trazem em si a marca indelével e constituinte da Lei, da pretensão da Lei humana, que, como toda lei, não é 'ignorada' por ninguém, sobretudo por quem a ignora, mas pode ser desvirtuada ou violada por qualquer um, sobretudo por seus mais puros fiéis (id., p.66).

Mais adiante Althusser fala do último drama que torna as "larvas mamíferas" em crianças humanas:

que tudo se desenrole na matéria de uma linguagem previamente formada, que, no complexo de Édipo, centra-se inteiramente e se ordena em torno do significativo falo: insígnia do Pai, insígnia do direito, insígnia da Lei, imagem fantasmática de todo Direito - eis o que pode parecer espantoso ou arbitrário (id., p.67).

Essa Lei diz respeito aos traumatismos infantis, e, funcionando como Lei, faz abstração de todos os conteúdos, como afirma Althusser. Essa abstração garante sua existência e seu funcionamento: "só o filho de homem sofre e recebe essa regra com seu primeiro alento" (id., p.66). Ele chama

atenção para os "efeitos" prolongados nos adultos que sobrevivem à "extraordinária aventura que, desde o nascimento até a liquidação do Édipo, transforma um animalzinho engendrado por um homem e uma mulher numa criança humana" (id., p.61). Todos os adultos superaram uma prova. Somos testemunhas, para sempre amnésicas, e as vítimas de uma vitória, de um combate pela vida ou morte humanas, "trazendo no mais surdo, ou seja, no mais gritante de si mesmas, as feridas, enfermidades e o cansaço", marcas indeláveis, para o resto da vida, resultantes dessa batalha. Althusser enfatiza que

esta história não é biológica, já que toda ela está dominada, desde o ponto de partida, pelo constrangimento forçado da ordem humana, que cada mãe grava, sob a forma de "amor" ou ódio materno, desde seu ritmo alimentar e adestramento, no animalzinho humano sexuado (id., p.62).

Assim se dá uma separação e se faz um hiato infinito entre o biológico e o histórico, a natureza e a cultura, um abismo aleatório, cuja matéria e mecanismos são distintos e específicos. Para Althusser, o desejo e a existência histórica não são consequências naturais da necessidade e da existência biológica:

o desejo, categoria fundamental do inconsciente, só é inteligível em sua especificidade como o sentido singular do discurso do inconsciente do sujeito humano: o sentido que surge no "jogo" e pelo "jogo" da cadeia significativa de que se compõe o discurso do inconsciente. Como tal, o "desejo" está marcado pela estrutura que comanda o tornar-se humano. Como tal, o desejo se distingue radicalmente da "necessidade" orgânica, de essência biológica. Entre a necessidade orgânica e o desejo inconsciente não existe continuidade de essência, bem como não existe continuidade de essência entre a existência biológica do homem e sua existência histórica. O desejo é determinado no seu ser equívoco (seu "manque-à-être", diz Lacan) pela estrutura da Ordem que lhe impõe sua marca, e o destina a uma existência sem lugar, a existência do recalçamento tanto de seus recursos quanto de suas decepções.

Não se tem acesso à realidade específica do desejo partindo da necessidade orgânica, assim como não acedemos à realidade específica da existência histórica partindo da existência biológica do 'homem' (...) são as categorias essenciais do inconsciente que permitem apreender e definir o próprio sentido do desejo, distinguindo-o das realidades biológicas que o suportam (exatamente como a existência biológica suporta a existência histórica), mas sem o constituir, nem o determinar (id, p.66-7).

Em Freud o sonho é o pleno-do-desejo. Lacan quer conduzir o homem à 'linguagem do seu desejo' inconsciente. O conteúdo do inconsciente é pensado por Freud nos conceitos de libido, afetos, pulsões, desejo. Esses conceitos aparentemente biológicos adquirem o seu sentido autêntico em uma condição formal de linguagem. A pulsão que não é psíquica, tatua-se no psiquismo e produz uma trilha, o significante. Entretanto, tais conceitos, como realidades, estão em relação. Uma realidade afeta a outra em sua injunção a dominar, a antagonizar, a recobrir, a se aliançar, a contradizer e a recalcar uma à outra, fazendo-nos seres destinados à alucinação, à distorção, à interpretação.

Lacan conectou o complexo à *imago*, para tentar explicar o funcionamento da instituição familiar, "presa entre a dimensão cultural que a determina e os laços imaginários que a organizam". Esse termo teria sido usado por Jung, 26 anos antes, para designar, a partir da leitura de um romance que alimentava a percepção da mulher como inspiradora e destrutiva, a representação inconsciente que temos de nossos pais. Já em Lacan, o imaginário caminha da internalização do meio em cada espécie, fazendo do indivíduo dependente do seu meio através da passagem do especular, para pensá-lo como o engodo que mascara a clivagem entre o eu (moi), o sujeito enunciativo; e o eu (Je), o sujeito do inconsciente. Da fusão com o corpo da mãe para a identificação com o pai, no caso dos meninos, ou para desejar o pai, ao constatar sua "castração" e ter inveja do pênis, no caso das meninas. Em ambos os casos, o apego ao corpo da mãe passa a ser apego ao corpo da língua. O sujeito se

despreza de um corpo orgânico, com o qual se comunica por choros, risos, grunhidos, por sons e visão, através do qual consegue seu alimento; e abraça um outro, um corpo verbal, graças à intervenção da castração simbólica, pelo qual começa a se responsabilizar, a assumir sua autonomia ilusória. Assim o Complexo de Édipo e o Complexo de Castração são conjuntos de representações inconscientes, universais, que possibilitam a linguagem, a enunciação e a sintaxe.

Essa imago, em Lacan, é o lugar imaginário de referência das sensações proprioceptivas: aí se vincula o biológico estruturante, como a prematuração do nascimento, às estruturas simbólicas. No engodo do imaginário, na ilusão do eu, na alienação se passa a clivagem. Essa clivagem entre o eu (moi) e o eu (Je) diz respeito à dupla divisão do sujeito humano: numa primeira instância, o eu imaginário é separado do sujeito do inconsciente, e numa segunda instância se daria a divisão original, inscrita no interior desse sujeito do inconsciente, entre o Real inacessível e o simbólico, com a cadeia significante que determina o sujeito constituindo-o como ego. O Édipo e a Castração articularão o simbólico e o imaginário, a Lei e o Desejo, o Nome-do-Pai e o Desejo Materno:

o símbolo não é uma elaboração da sensação, nem da realidade. O que é propriamente simbólico - e os símbolos mais primitivos - introduz na realidade humana uma outra coisa, que constitui todos os objetos primitivos de verdade.

(...) A criação dos símbolos realiza a introdução de uma realidade nova na realidade animal (LACAN, 2005, p.47).

O elo entre o simbólico e a percepção se perde na constituição subjetiva. O imaginário seria assim uma elaboração das sensações, isso que intermediaria a realidade animal e a realidade simbólica, espelhando-as, invertendo-as e as polarizando. Althusser, a respeito da interpelação ideológica, afirma que há uma deformação imaginária da representação ideológica do mundo real, na

relação dos homens com suas condições reais de existência:

(...) é a natureza imaginária desta relação que sustenta toda a deformação imaginária observável em toda ideologia se não a vivemos em sua verdade. (...) toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações delas derivadas), mas sobretudo a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e demais relações daí derivadas. Então, é representado na ideologia não o sistema das relações reais que governam a existência dos homens, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais sob as quais eles vivem (ALTHUSSER, 1985, p.87-88).

A eficácia material das representações, portanto, das identificações, é da mesma ordem que a eficácia material do pensamento. Imagem e língua se tocam, casam-se, imbricam-se, encobrem-se, divergem-se. Por isso defendo que a identificação perceptiva e a identificação inteligível se dariam sobretudo no imaginário, afetadas pelo simbólico com dominância de uma função sobre a outra em diferentes materialidades significantes ou em diferentes formulações de uma mesma materialidade. O que dá a singularidade do sujeito é exatamente essa relação entre sua percepção que o faz um animal humano, e o funcionamento da língua que significa para o sujeito essa percepção antes que ele saiba nomeá-la, fazendo do indivíduo sempre-já sujeito.

A criança antes de saber falar, percebe. Mas antes de dominar o que percebe, de poder nomeá-lo, ela é falada. Como nos demonstra Althusser (1985, p.98) e Freud, são conferidas ao sujeito antes de nascer uma série de características, como seu nome, sua identidade, sua insubstituibilidade numa configuração ideológica familiar, fortemente estruturada e “implacável”, segundo o autor. Essa identidade se desenvolve com o sujeito, tornando-o responsável diante desta e de outras instituições. É possível fazer suporte ao pensamento de que, como essa percepção é falha e limitada, tal limitação e seus equívocos se inscrevem simbolicamente,

apagando-se como impossibilidade pelo imaginário, e ao mesmo tempo, retornando inconscientemente, desfazendo a ilusão de que tudo é possível. Os portadores de deficiências auditivas, visuais e mentais muito nos têm a ensinar a esse respeito ainda.

Em virtude disso, o imaginário é o que se dá de mais imediato para o animal humano, parecendo assim preceder ao simbólico. Neste animal, a visão e a audição precedem à verbalização, que afetará o sujeito e sua continuidade com o objeto, o mundo, e os seres. Nos primeiros meses de vida, o exterior se dá como continuação do sujeito, então a diferença se faz possível pela lei, pela fronteira que o simbólico estabelece ao intervir no imaginário, pela castração simbólica e pela forma-sujeito à qual este indivíduo terá que relativamente se adequar.

E pelo resto da vida, a contradição se faz entre a indistinção com outro à diferenciação e singularização que substitui a imagem. Por essa indistinção se manifesta também no Real da língua. Mas isso me leva a pensar se o silêncio, como continuum significante em relação à contradição do sujeito, se situa nesse imbróglio e estabelece seu poder no audiovisual. Orlandi nos aponta:

[O silêncio] é, sim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do "um" com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa (Op. cit., p.23).

Assim, a relação com o materno e o paterno sedimentam posições subjetivas e materialidades significantes: pelo imaginário, mas identificado, diferenciado, contrastado no simbólico em uma formação discursiva dominante, o sujeito produz substituições, paráfrases, sinonímias. O sujeito se coloca naquilo que faz, que compreende, que vê, que ouve, enfim, que significa. É igual a todos, vê o que todos vêem, ouve o que todos ouvem, fala o que todos falam, o imaginário permite essa fusão com o corpo outro, mas pelo simbólico lhe é dado ver, ouvir, falar de um determinado jeito e não de outro, a

identificação, a diferenciação e a singularização. Talvez esteja aqui a relação entre a universalidade da imagem e sua particularidade, a diferença e a relação do verbal e do não-verbal na constituição dos sujeitos e dos sentidos. Dos sujeitos em sua ilusão de autonomia, e sua determinação. A singularidade do indivíduo é exatamente o modo como nele se organizam esses dois pólos, como ele acontece, sendo sempre-já sujeito. Ele é identificado com o Sujeito Universal, a-histórico, eterno, sempre presente e se faz um com esse Sujeito, mas é historicizado, determinado, constrangido, limitado, particularizado pelo aqui-agora. Imaginário e Simbólico imbricam-se, superpõem-se para produzir o sujeito. O audiovisual rompe barreiras outras em que o texto verbal esbarra.

Se no imaginário o ego se estrutura e organiza a razão, a consciência, se desdobrando no outro e nos objetos, e referenciado o exterior em tempo, espaço e dêiticos linguísticos, podemos supor que é por conta do imaginário, afetado pela estrutura simbólica, que se constrói a sintaxe e a enunciação, assim nele também está a base material para os processos discursivos. No imaginário se processa a ficção do eu e daí se desdobram todas as outras ficções (Pêcheux, 2009, p.155-168). Nele se mascararia a materialidade da produção estética. Por ele que se processa a identificação perceptiva, a projeção, a identificação com os personagens e o enredo, a imaginação, a ilusão do conteúdo. O processo metafórico e o processo metonímico são aqui implicados pela contiguidade e substituição, pela continuidade e diferenciação, pela repetição, pela reprodução e pela transformação.

Pelo imaginário, representamos, organizamos e manipulamos coisas em pensamento, como se fôssemos independentes da realidade. Se na ordem da língua, o simbólico e o político estão imbricados, na ordem do audiovisual, o imaginário, sobretudo, e o político se imbricam. A realidade aparece nessa dominância não como independente e exterior ao sujeito, como vê o Materialismo, mas como um ponto de vista que cria o objeto, portanto idealisticamente a

realidade se mostraria como dependente do pensamento. Um modo de enunciar, de narrar, de construir enredos e personagens. A ilusão se constitui assim como desconhecimento do Real. O imaginário se coloca como véu em que se prega nossa percepção sensorial. Mas não estamos sozinhos diante daquilo que vemos e ouvimos. A percepção também tem sua materialidade histórica. A contradição é que ela reúne em si o que é do empírico, do biológico com o que é histórico. O que se ouve e o que se vê também têm sua espessura material, como a história da arte e a linguística nos comprovam.

O corpo verbal: o imaginário linguístico

Fuchs & Pêcheux(1997, p.234) começaram a nomear em 1975, no que chamaram de “famosa problemática da ‘enunciação’”, uma teoria do corpo verbal, evitando repetir a ilusão subjetiva nos procedimentos analíticos. Antes disso, em 1969, Pêcheux defendeu a compreensão das condições de formação do enunciado e da articulação entre enunciados: a passagem à discursividade, ao engendramento do ‘texto’ (1997, p.113), para buscar produzir uma deslinearização morfossintática na estrutura lógica da superfície linguística de partida, com o fim exclusivo de produzir “o objeto discursivo, excluindo qualquer ‘representação profunda’” (1997, p.190). Restituindo-se a não-linearidade sintática, atravessar-se-ia o objeto do “esquecimento no. 2”: o tempo, o espaço e o vínculo estabelecido na relação associativa entre o corpo significante e seu significado aparente para se efetuar a comparação de um discurso com outro, produzindo no corpus um auto-dicionário. Dessa forma se produziria a dessubjetivização da discursividade. Pela passagem de uma intra-repetitividade para uma inter-repetitividade, atingir-se-ia a autonomia de um processo discursivo. Os domínios semânticos, elementos de base cujas regras de formação representam o processo discursivo, estabelecem relações paradigmáticas, entrecruzando-se, e sintagmáticas, marcando o movimento de um processo discursivo.

Já em seu *Semântica e Discurso*, também de 1975, articulando a Psicanálise nesta disciplina, Pêcheux afirma uma “ausência teórica de um correspondente lingüístico do imaginário e do ego freudianos” (2009, p.164, grifo meu). Sublinha esta ausência teórica: “fica por fazer a teoria do ‘corpo verbal’ que toma posição em um termo [sic! Parece-me que a tradução correta seria “tempo”] (modalidades, aspectos etc.) e em um espaço (localização, determinantes etc.) que sejam o tempo e o espaço imaginários do sujeito-falante (id., p.164). Atravessa-se o seu corpo empírico, para atingir a simbolização deste corpo e de suas referências, afetados pelo imaginário. Como afirma Mariani (2003, p.57), esse imaginário lingüístico é o refúgio do sujeito, ilusão necessária de sua unidade. A a teoria da ilusão subjetiva da fala define a enunciação como atos do sujeito falante numa situação específica, na presença de interlocutores. O **corpo verbal** seria o funcionamento imaginário ao qual deveriam “ser relacionadas as ‘evidências’ lexicais inscritas na estrutura da língua (...)”, marcando “a ascendência dos processos ideológicos-discursivos sobre o sistema da língua e o limite de autonomia, historicamente variável, desse sistema” (PÊCHEUX, op. cit., p.165).

O indivíduo sempre-já sujeito, ao ser falado, fala e se constrói imaginariamente pela língua, um corpo, costurando sua fisicalidade como indivíduo à sua subjetividade volante, contraditória, deslizante, equivocável. Ao encontro entre significante e sentido, corresponde o encontro entre sujeito e a unidade imaginária que produz o efeito de individualidade. Ambos encontros construídos e constitutivos tanto do sentido quanto do sujeito, atravessados pelo Real. Como diz Mariani, ao se afirmar como “eu”, esse sujeito concomitantemente ostenta a linguagem e perde-se nela. Ela reforça esse argumento citando Lacan: “eu me identifico na linguagem, mas somente ao me perder nela como objeto” (op. cit., p.59).

Esse ego-sujeito-pleno é atravessado pelo inconsciente e pela ideologia. “O inconsciente é a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura”,

reconhece e reformula Pêcheux em 1978 (2009, p.277). O sujeito-ego se identifica com a evidência de um sentido, é a forma-sujeito ideológica. Mas nessa identificação há enfraquecimentos, falhas, rachaduras, espaços. Há pontos de resistência e há revoltas (id., p.279). Como há uma “contradição histórica motriz (um se divide em dois)” (id.ib.), também há uma divisão do sujeito inscrita no simbólico que o imaginário tenta conter, apagar, contornar, domesticar.

Freud, na *Interpretação dos Sonhos* (2010), coloca, no trabalho do sonho, a condensação, o deslocamento e a figuração, como o processo primário cujo primado nos faz entender o pensamento como inconsciente. O processo secundário seria formado pelo sistema pré-consciente, mais estável e mais organizado. A comicidade ou o riso, provocados por alguns lapsos ou chistes, dentre outras formas, são índices da irrupção de elementos do processo primário no processo secundário, revelando a diferença de funcionamento e a incompatibilidade entre os dois sistemas, como destacam Plon & Roudinesco (1998, p.374).

Para Lacan (1979, p.70), “a sintaxe, exatamente, é pré-consciente. Mas o que escapa ao sujeito, é que sua sintaxe está em relação com a reserva inconsciente. Quando o sujeito conta sua história, age, latente, o que comanda essa sintaxe, e a faz cada vez mais cerrada”. Dessa forma, Pêcheux (Op. cit., p.164), aliando-se a Lacan, considera a sintaxe como um sistema pré-consciente, corrigindo sua concepção anterior de que o pensamento seria de origem consciente, como se fosse uma zona autônoma em relação ao inconsciente. Assim ele reformula o esquecimento n°2, enunciativo, não mais como consciente:

o pré-consciente caracteriza a retomada de uma representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente), chegando à formação de uma nova representação, que aparece conscientemente ligada à primeira, embora sua articulação real com ela seja inconsciente. É esse vínculo entre as duas representações verbais em causa que é restabelecido na discursividade, na

medida em que ambas podem ser unidas à mesma formação discursiva (podendo, então, uma remeter à outra por reformulação parafrástica ou por metonímia). Esse vínculo entre as duas representações procede da identificação simbólica e, como tal, é representado através das "leis da língua" (lógica e gramática), de modo que, também aí, fica claro que todo discurso é ocultação do inconsciente (PÊCHEUX, 2009, p.163).

A identificação simbólica vincula, assim, o sujeito à formação discursiva que o domina. Essa identificação a determinados significantes na língua produzem o sujeito como efeito. Se ao reestabelecemos os processos de identificações entre representações verbais, se evidenciamos o assujeitamento a uma dada formação discursiva, é possível pensar que outras formas de representação, como as não-verbais também assim o fazem, constituindo enunciados e vínculos à sua maneira, com suas leis, em funcionamentos parafrásticos, metafóricos e metonímicos.

Como efeito de haver sentido, essas representações verbais produzem uma consistência imaginária para o sujeito, ou seja, ficam impregnadas de evidências. Observe-se que essa consistência imaginária só pode ser concebida porque já há um remetimento ao simbólico, ao campo do Outro. Só é possível falar em imaginário, na perspectiva discursiva, com recurso ao simbólico, ao inconsciente e à ideologia (MARIANI, 2003, p. 68).

Se o discurso é ocultação do inconsciente, podemos supor que esse comando da sintaxe diz respeito ao sujeito do discurso, referível ao sujeito inconsciente e ao sujeito ideológico. De novo, o que verdadeiramente fala no sujeito, em vez de aparecer, não fala, mas comanda a atuação deste sujeito.

Lacan (op. cit.), comentando o sentido de uma "sintaxe cerrada", fala de uma resistência psíquica elaborada por Freud. Lacan a interpreta como uma muralha que se constrói em torno de um núcleo da ordem do Real, cuja regra de funcionamento é a repetição da identidade da percepção, autenticada pelo

sentimento de realidade, o que nos faz entender a relação entre o corpo biológico e o corpo significante. Lacan chama isso de resistência do discurso que se difere da resistência do sujeito. A resistência do sujeito implicaria um "eu suposto" que, ao aproximar-se desse núcleo, perde a certeza que fundamenta esse eu. Por isso o sujeito desperta dos sonhos, já que neles haveria o destino mortal do sujeito, a angústia que se exprime e se repete no sonho, o "mais íntimo da relação do pai ao filho" (id. ib.). Por isso também o Real, o maior cúmplice da pulsão, é apreendido como "originalmente mal-vindo". A esquizofrenia do sujeito estaria, portanto, persistindo depois do despertar, a consciência "que se retrama, que sabe que vive tudo aquilo como um pesadelo, mas que, assim mesmo, se agarra a si mesma, sou eu que vivo tudo aquilo, não preciso me beliscar para saber que não estou sonhando" (id., p.72). Esta esquizofrenia representaria uma esquizofrenia mais profunda, "a ser situada entre o que refere o sujeito na maquinaria do sonho, a imagem da criança que se aproxima com o olhar cheio de reproches e, por outro lado, o que o causa e no que ele fracassa, invocação, voz da criança, solicitação do olhar - Pai, não vê..."(id. ib.). Entre os possíveis desdobramentos discursivos para o que Lacan coloca como "a esquizofrenia do olho e do olhar", está a possibilidade de pensarmos essa relação entre visão, percepção e funcionamento sintático.

Ora, Pêcheux defende que na sintaxe estariam escritas, como um traço universal, as condições de uma separação entre uma representação verbal, uma materialidade significante, como nos faz compreender Lagazzi em seus trabalhos (2009, 2010, 2011), e sua formação discursiva. O que é material se transforma em abstrato:

Os significantes aparecem dessa maneira não como as peças de um jogo simbólico eterno que os determinaria, mas como aquilo que foi "sempre-já" despreendido de um sentido: não há naturalidade do significante; o que cai, enquanto significante verbal, no domínio do inconsciente está "sempre-já" desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu

sentido, a ser perdido no non-sens do significante (PÊCHEUX, 2009, p.164-5).

O nonsense, segundo Lecercle (apud GADET & PÊCHEUX, id, p.197), seria o lugar de uma contradição entre produtividade textual e texto como produto; ou entre sentido como processo (jurídico ou de encadeamento) e sentido como efeito, cujas características absurdas, entre outras, estariam as palavras insensatas com frases bem formadas. No centro do texto nonsensico, haveria uma falta que faz com que tal texto se desenvolva em torno dessa falta a fim de conjurá-la, através de estruturas de acréscimo. Por isso “o nonsense é um gênero sintático: a sintaxe é sempre rigorosamente observada e serve de barreira. A hipercorreção sintática é o excesso que conjura a falta semântica” (id. ib.). Fazendo isso, ao “pôr em ação todas as possibilidades de fracassos da linguagem”, o nonsense, em sua estratégia corretiva contraditória, denuncia esse fracasso e assim pode-se contorná-lo, corrigi-lo, consciente do papel e do funcionamento lingüísticos. Mas o risco nesse jogo é “ver a língua escapar ao sujeito que a fala, vê-la falar o sujeito” (id. ib.). A identificação-interpelação fica recalçada.

No domínio discursivo, interessam tanto as falhas na ordem da língua quanto o modo específico de construção de uma linearidade ‘narrativa’. Ou melhor, é a análise da(s) posição(ões) discursiva(s) inscrita(s) em uma produção textual qualquer, com sua ordem, organização e falhas peculiares que interessa(m) ao analista do discurso. O que o sujeito diz, seja lá como for, diz dentro da história. O que falha na prática discursiva do sujeito, o que derrapa nessa prática, também é algo que se dá dentro da história. E é por isso que produz sentido. As falhas na ordem significante se realizam em condições de produção determinadas, são o resultado do funcionamento da língua em relação ao inconsciente e à ideologia (MARIANI, 2003, p. 65).

Pêcheux corrobora, citando Canguilhem, que o sentido não se deixa aprisionar por camisas de força da lógica ou da fisiologia humana: pensar um sentido em relação a cadeias de significantes é vê-lo como em

relação a alguma coisa. Os computadores e softwares não conseguem fazer o que o seres humanos fazemos: brincamos com o sentido, jogamos com ele, desviamo-lo, simulamo-lo, mentimos, fazemos armadilhas.

Se o homem é assim capaz de jogar sobre o sentido, é porque, por essência, a própria língua encobre esse "jogo", quer dizer, o impulso metafórico interno da discursividade, pelo qual a língua se inscreve na história. (...) É esta relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo (PÊCHEUX, 2010, p.58).

A leitura de arquivo lida com o jogo de regras que determinam a aparição e o desaparecimento de enunciados, “a persistência deles, o apagamento deles, a existência paradoxal deles como acontecimentos e como coisas”¹(FOUCAULT apud GUILHAUMOU, 2004, p.15).

As representações imaginárias vão se tornando ‘naturais’, cristalizadas e parecem solidificar a conexão entre significante e significado, entre os enunciados e os sentidos, entre o que se pensa, o que se quer dizer, e o que se diz, mas os dizeres são historicamente circunscritos às redes de paráfrases, substituições metafóricas e encadeamentos constitutivos dos processos de produção dos sentidos inerentes às formações discursivas e que garantem um efeito de literalidade para as representações imaginárias (MARIANI, 2003, p.61).

Dessa forma, para atingir esse objeto discursivo, o analista de discurso procura desmontar o modo como as evidências se dão para o sujeito, pelo mecanismo da identificação do objeto que é, simultaneamente, uma identificação perceptiva e uma identificação inteligível: “eu vejo o que vejo”, que resulta em “sabe-se o que se sabe”. Ao se identificar a “coisa”, também se identifica “o sujeito que a vê, que fala dela ou que pensa nela” (PÊCHEUX, 2009, p.92, grifo meu). O Real é construído

¹ no original: “leur rémanence et leur effacement, leur existence paradoxale d’événements et de choses”.

como conjunto das coisas discerníveis e o sujeito, como singular, único no seu nome próprio. Pêcheux relaciona aqui o ato de perceber, com o ato de ver e de pensar. Estou tentando conduzir meu gesto de interpretação da teoria para o desdobramento dessa relação entre processo referencial, relacionado à visão e à interpretação e o funcionamento do imaginário imbricado no funcionamento do simbólico, na materialidade significativa audiovisual. Pêcheux nomeia como “cena” essa organização da vida, isso que representa o sujeito e os objetos de conhecimento: o sujeito “vê o que vê a partir de seus olhos” e “sabe o que tem que pensar disso” (id., ib.). Essa identificação, e seus consequentes modos de interpretação, faz nos reconhecermos como humanos. À percepção, que o corpo produz ao reagir à vida, está imbricada a interpretação como efeito do funcionamento ideológico e inconsciente.

Ao fazer o exame da relação do sujeito com o que o representa, ele chama isso de “abordagem teórica materialista do funcionamento das representações e do ‘pensamento’ nos processos discursivos”, uma “teoria da identificação e da eficácia material do imaginário”. Resta-nos pensar o audiovisual desse ponto de vista.

A partir de sua concretude individual e do seu contexto imediato, o sujeito é conduzido a se identificar com o Sujeito Universal em relações pensadas e esvaziadas de todo ser. Pêcheux fala de ver e perceber para se chegar a esse Sujeito Universal, “situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos”(id., p.117). Assim descreve o processo da identificação: “se eu estivesse onde tu(você)/ele/x se encontra, eu veria e pensaria o que tu(você)/ele/x, vê e pensa” (id., p.118). É por esse processo imaginário pelo qual se dá a identificação, que a ideologia, com suas evidências, ao situar o sujeito, significa para ele o que ele é. É um processo que, ao se impor para o sujeito, dissimula sua imposição: assujeitamento como ilusão de autonomia constitutiva do sujeito. Pensar e ver implicam em pensar por meio de imagens: o não-verbal em relação com o verbal. No audiovisual, isso implica a posição da câmera, o modo de compor os

planos, e o lugar da congregação dos planos na montagem e em seus processos: decupar, enquadrar, montar.

Em Pêcheux o “domínio de pensamento” não é um núcleo rígido e lógico que fundamenta o ser, independente de suas emoções e percepções, e de suas relações materiais, como se a consciência tivesse o primado sobre a vida. “A propriedade de autonomia referencial é apenas uma consequência de uma propriedade parafrástica de substituição, determinada discursivamente” (GADET & PÊCHEUX, 2004, p.159). Os processos discursivos atuam na base linguística, fazendo com que os sentidos pareçam evidentes e com que nos coloquemos cogitantes, locutores e enunciadores de pensamentos, tomando posições responsável e livremente. Mas o domínio de pensamento, nos diz Pêcheux,

se constitui sócio-historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, com, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar etc. É por essa via, como veremos, que todo sujeito se “reconhece” a si mesmo (em si mesmo e em outros sujeitos) e aí se acha a condição (e não o efeito) do famoso “consenso” intersubjetivo por meio do qual o idealismo pretende compreender o ser a partir do pensamento (2009, p.148).

Assim Pêcheux corrobora com Marx e Engels (2009, p.31) de que a produção da consciência, com suas idéias e representações, “está entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real”. As relações de sentido, a interpretação do que se vê tem assim uma espessura sócio-histórica que se impõe sobre as possibilidades e capacidades orgânicas. Não se pode negar que qualquer espécie animal reconhece os de sua espécie e, na maioria da vezes, os seus predadores. Mas o que queremos entender é como a ideologia funciona nesse reconhecimento, produzindo e naturalizando os líderes e os liderados, os exploradores e os explorados. Diferente do biologismo, não contornamos o fato de que

vemos e ouvimos sob determinações simbólicas e históricas.

Foi na primeira fase da AD que surgiu um procedimento para se lidar com as formações imaginárias: o jogo de imagens como constitutivo das condições de produção do discurso. Ao enunciar, o sujeito enunciador, pre-conscientemente se põe questões como "de que lhe falo assim?" "de que ele me fala assim?". Pêcheux aponta que os sujeitos sustentam seus discursos sobre discursos prévios e sucumbem às representações imaginárias, posições discursivas que ocupam em determinadas condições histórico-ideológicas: "(...) supomos que a percepção é sempre atravessada pelo 'já-ouvido' e o 'já-dito', através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas (id., p.86).

Ora, se a percepção, a tomada de posição, o ponto de vista que assumimos na língua para enunciarmos, são constituídos pelo já-ouvido e o já-dito, logo nossa percepção sonora e visual também acabam sendo adestradas para ouvir e ver de um jeito e não de outro. Assim, no audiovisual a câmera consolida esse lugar de ninguém e pelo qual todos vêem, com o qual todos são chamados a se identificar. Personagens e enredos são lugares significantes que constroem para nós também esse lugar de identificação de quase todos, já que assumimos uns lugares e rejeitamos outros. Como sujeitos vivemos a injunção por conflitos, reviravoltas e antagonismos dramáticos.

Ora, partindo dessa leitura da diferença entre imaginário e simbólico, podemos dizer que o consenso intersubjetivo e a capacidade de se colocar no lugar do outro, que Pêcheux elaborou como as formações imaginárias dentro do conceito de condições de produção do discurso, estão relacionadas tanto ao funcionamento do imaginário, da "deformação imaginária da representação ideológica do mundo real", segundo Althusser (1985, p.87); quanto às evidências empíricas, sensoriais, das possibilidades fisiológicas perceptivas que nos fazem nos reconhecermos como seres da mesma espécie, diferentes de outros animais.

Logo, há assim um sujeito que se manifesta pelo imaginário (ver Pêcheux, 2009, p.199) e, quando atravessada essa ilusão, há o Outro que se traveste desse sujeito, propriamente ao sujeito do discurso. Uma instância é imaginária, presa ao funcionamento ideológico, a outra é dessubjetivada, em que se manifesta a espessura inconsciente e ideológica. Por isso defendo que as formulações audiovisuais são função predominante do imaginário em relação ao simbólico. Deslocando a classificação peirceana dos signos, o funcionamento signficante do audiovisual se dá predominantemente também na contradição: nele a imitação é preponderante. Diferente do funcionamento do signficante verbal, predominantemente simbólico, dominado sobretudo pela convenção. Se existe aliança, recobrimento, contradição, desigualdade, subordinação entre os elementos dos aparelhos ideológicos de estado, entre as formações discursivas, logo posso pensar que essas relações também se dão no funcionamento dessas duas ordens, que constituem o sujeito, produzindo diferentes materialidades significantes, diferentes relações com o sentido e diferentes efeitos do verbal sobre o não-verbal e vice-versa. O Imaginário, o Simbólico e o Real se relacionam desigualmente: ora domina o Imaginário, ora o simbólico, ambos afetados pelo Real. Num produto audiovisual essas ordens e dominâncias se alteram e se sobrepõem.

Nesse domínio imaginário coexistem contraditoriamente o sujeito enunciador e o sujeito do discurso. Enquanto o sujeito do discurso deveria ser remetido à dominância do simbólico e do histórico, o sujeito enunciador deveria ser remetido ao funcionamento do imaginário em sua relação com o simbólico e o histórico, em sua sujeição às evidências, no funcionamento ideológico. Nessa relação se daria, portanto, a passagem do eu-aqui-agora ao Sujeito Universal e seu necessário e contraditório retorno através das materialidades e práticas significantes na história. Do corpo como sistema de referências e dêixis à abstração que promove a captura de muitos corpos,

produzindo um maior número de identificações, de posições de sujeito possíveis e de gestos de interpretação. Se o texto verbal apreende um certo número de sujeitos falantes. O texto audiovisual apreende um número maior de sujeitos ouvintes-enxergantes, o que dá a abrangência internacional a seus produtos.

Para Pêcheux, em suas formulações em “Semântica e Discurso” (2009), a identificação simbólica dominaria as identificações imaginárias “através das quais toda representação verbal, portanto toda ‘palavra’, ‘expressão’ ou ‘enunciado’, se reveste de um sentido próprio, ‘absolutamente evidente’, que lhe pertence” (id., p.163, nota de rodapé 30).

É preciso destacar, como se retifica Pêcheux em 1978 (id, p.269-281), que as ilusões, os apagamentos, os esquecimentos, os deslizamentos e as evidências são todos sempre afetados pelo equívoco, por falhas que não cessam de retornar sobre o consciente e deixar nele seus traços. O Real da língua irrompe nessa identificação simbólica, nas leis da língua o tempo todo. Os procedimentos de formulação e reformulação, sobretudo no complexo processo de produção audiovisual, são sempre tentativas de conter esses equívocos. Gadet & Pêcheux, aplicando a compreensão de Milner sobre o sujeito enunciativo e do Real da língua como cortado por falhas, reforçam que

as fendas na língua são de natureza dupla, marcadas de maneira diferente na sintaxe: uma, caracterizada por dificuldades de escritura, relaciona-se diretamente com a presença do sujeito da enunciação; a outra, que supõe inicialmente um ponto de vista de fora da sintaxe, remete definitivamente a uma reflexão sobre o processo da metáfora como constitutiva do Real e da língua enquanto processo sem sujeito (op. cit., p.60-1).

É necessário se por nesse lugar de estranhamento das naturalizações perceptivas, para lidar com o processo metafórico constitutivo do Real, do que é o inenunciável de uma ideologia, o que é foracluído. Isso

implica estudar a ordem imaginária também aí implicada.

Num fato histórico, quando um acontecimento discursivo se processa, há marcas e objetos simbólicos que se associam ao fato, e Pêcheux (2002, p.23) se demanda qual é a materialidade léxico-sintática que constrói os acontecimentos históricos. O processo metafórico é “o transporte entre dois significantes, constitutivo de seu sentido, e a orientação des-equalizante desta relação como a condição de aparecimento do que, em cada caso, poderia funcionar como ‘sentido próprio’ ou como ‘sentido figurado’ (FUCHS & PÊCHEUX, 1997, p.244).

Assim, se havia uma separação entre o procedimento de de-superficialização lingüística e a construção do objeto discursivo para se atingir o processo discursivo, feito no primeiro e no segundo momento da AD; Pêcheux (1997, p.314-18) orienta, como vimos acima, no 3o. momento do desenvolvimento da teoria, uma interação cumulativa que conjugue a alternância de momentos de análise lingüística - essa análise dos mecanismos formais que compõem uma gramática de superfície de todo texto -, com momentos de análise discursiva, para promover uma “incessante desestabilização discursiva do ‘corpo’ das regras sintáticas e das formas ‘evidentes’ de sequencialidade”. O corpo homogêneo e unitário é atravessado, trazendo à lume sua organização e composição contraditória.

Para isso, é preciso reinscrever os traços de análises parciais no próprio interior do corpus do campo discursivo analisado. O campo discursivo passa por outras fases de análise lingüístico-discursiva, de tal forma que nesse chamado batimento espiralado entre descrição e interpretação, se reconfigure o corpus e se alargue, assim, o processo, produzindo uma sucessão de interpretações do material analisado. Este é o procedimento para compreender-se o “lugar do mesmo”, no processo de análise, como Pêcheux faz em “Discurso: Estrutura ou Acontecimento”. Ao assumir essa forma de analisar discursivamente um objeto simbólico, atravessa-se a opacidade do registro de

enunciação e das restrições a que a sequencialidade linguística é submetida.

Estudando o encadeamento intradiscursivo, a AD-3 pode “abordar o estudo da construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos, e também dos ‘pontos de vista’ e ‘lugares enunciativos no fio intradiscursivo’” (id. p.316). Pela heterogeneidade enunciativa, chega-se às formas linguístico-discursivas do discurso-outro: não só do outro que o sujeito traz à baila, como sujeito enunciador. Há também tanto o outro em que o sujeito se traveste, como também o Outro do pré-construído, esse Outro interdiscursivo, que comparece à revelia das intenções e autocontrole de um enunciador estratégico. Esse Outro interdiscursivo, como vimos acima, tanto estrutura a encenação do sujeito como ego, pela filiação e pela identificação, pelos “pontos de identidade nos quais o ‘ego-eu’ se instala, quanto os desestabiliza, ao fazer escapar desse ‘ego-eu’, o controle estratégico do seu discurso, pelos “pontos de deriva em que o sujeito passa no outro”(id., p.317). É nesse sujeito ativo, ‘ego-eu’ estrategista assujeitado, do sujeito enunciador que emergem as posições de sujeito. Cabe, portanto, à análise referir essa emersão de uma posição de sujeito à falha no controle do ‘ego-eu’, à irrupção imprevista de um discurso-outro, e àquilo que a obstaculiza, procurando construir uma nova leitura de materialidades em relação à interlocução, à memória e ao pensamento, interpretando que forças atuam para que tais materialidades se manifestem como entrecruzamento, reunião ou dissociação de outras materialidades. Daí a análise se mostraria como reconstrução de um espaço de memória de um corpo socio-histórico de traços discursivos, inscritos por e em uma língua. Esse espaço de memória também é atravessado por divisões heterogêneas, por rupturas e por contradições(id. ib.).

Em suas estratégias e intenções através de sua consciência, o sujeito enunciador se confronta com determinados temas enfocados sob certos pontos de vista. Esses temas e pontos de vistas prévios, pré-construídos, seriam uma posição no interior de uma rede de questões. Tal posição já-dada se

inscreveria, “de uma só vez, nas figuras da ‘troca’ conversacional (do diálogo à ruptura, passando por todas as formas de conflito) e nas figuras que põem em perspectiva” (id. ib.). Essa posição já-dada, assim, é um gesto que estrutura um campo de leituras. Pêcheux prossegue colocando questões, e ao colocá-las, ele direciona tanto o seu desejo, o seu ideal, quanto os lugares de resposta que vislumbra para uma atitude analítica e para os procedimentos de análise

como conceber o processo de uma AD de tal maneira que esse processo seja uma interação ‘em espiral’ combinando entrecruzamentos, reuniões e dissociações de séries textuais (orais/escritas), de construções de questões, de estruturações de redes de memórias e de produções da escrita? Como a escrita vem escandir tal processo, aí produzindo efeito de interpretação? Como o sujeito-leitor emerge nessa escansão? O que é interrupção nesse processo? Em que condições uma interpretação pode (ou não) fazer intervenção? Pode-se (re)definir uma "política" da análise de discurso? (id., p.318).

Se a própria análise não pode ser objetiva, a política de seu procedimento é se fazer no entremeio entre a ilusão subjetiva e a consciência de que estamos à deriva dos sentidos, na dispersão do texto e do sujeito. Nos colocando na língua num embate com ela mesma. Fazendo-nos vencedores vencidos em suas determinações.

O equívoco: a falha da língua na história e o Édipo linguageiro.

Conforme tratei acima, em seu processo de formulação e reformulação do papel da análise linguística na AD, Pêcheux, em seus últimos trabalhos, vai caracterizar a abordagem das regularidades linguísticas pensando as desestabilizações e os deslocamentos de construções, e vai se referir ao Real da língua, ao impossível que produz a falha e o equívoco. Pêcheux orienta sobre a descrição das materialidades discursivas se instalar sob o real da língua em seu jogo de

diferenças, alterações, contradições, nos equívocos, elipses e faltas, sem negá-las, contorná-las ou impor-lhes uma estabilidade lógica:

A Linguística - e antes de tudo a teoria sintática - em oposição à Semântica, concebida como disciplina independente, tem efetivamente a ver com uma materialidade específica de natureza formal (e nisso, ela "ambiciona" o ideal das ciências), mas simultaneamente, esta materialidade resiste do interior às evidências da lógica, seja ela dita 'natural' ou 'matemática'. A materialidade da sintaxe é realmente o objeto possível de um cálculo - e nesta medida os objetos linguísticos e discursivos se submetem a algoritmos eventualmente informatizáveis - mas simultaneamente ela escapa daí, na medida em que, o deslize, a falha e a ambiguidade são constitutivos da língua, e é aí que a questão do sentido surge do interior da sintaxe (Pêcheux, 2010, p.57).

Nessa obra, *La Langue Introuvable*, de 1981, Gadet & Pêcheux tratam sobre o Real em Lacan e o Real da língua. Eles se preocupam como as teorias linguísticas reproduzem a filosofia burguesa ao eliminar toda contradição e em disfarçar a existência das relações entre as classes, como o biologismo e certas teorias linguísticas mascaram, camuflam e contornam as contradições. Lidar com esse Real da língua é assumir o primado das contradições do dispositivo teórico no dispositivo analítico. Qualquer materialismo que contorna suas contradições deixa de ser materialismo, afirmam os autores (id., p.163).

Como se contorna a contradição? Construindo um Real "como um todo consistente, representável por uma rede de regras, a Linguística só pode ignorar o equívoco, insuportável ao 'materialismo da escrita', pelo qual essas regras são escritas", ao mesmo tempo a representação da língua como um todo jamais fica em paz, porque "em cada língua, o equívoco se manifesta inexoravelmente através dos fenômenos linguísticos localizáveis", obrigando a Linguística a incluí-los, debatendo-se e

escandindo-se em seu ideal de completude (id., p.163).

Esse ideal de completude e de unidade se estrutura, como vimos, na relação edipiana, no narcisismo. O prazer de ver tudo como continuidade de si e de imperialisticamente se impor como o Um. Injunção do imaginário e do pensamento que afetam-nos como seres e nossos fazeres, nossas práticas teóricas (id., p.203).

Assim, ao assumir o Real da língua, a AD lida com o Real da história: a contradição existe e é preciso enfrentá-la. A contradição existe no sujeito em relação a si mesmo e em relação aos outros. A contradição constitui sujeito e sentidos. Como afirma Orlandi (1995, p.15-16), "para a análise de discurso há Real (mesmo que para isso seja preciso distinguir diferentes tipos de "Real")". Segundo Lacan o Real é o impossível em que há ausência de lei e de ordem, mas seria possível articular um pedaço desse Real:

Yo hablo de lo Real como imposible en la medida en que creo que lo Real - en fin, creo: si es mi síntoma, díganmelo - en que creo que lo Real es, hay que decirlo, sin ley. El verdadero Real implica la ausencia de ley. Lo Real no tiene orden. Y esto es lo que yo a quiero decir al decir que lo único que quizá llegaré a articular ante ustedes, es algo que concierne a lo que he llamado un "pedazo de Real", (LACAN, 1976).

Para articular um pedaço do Real é preciso usar o imaginário, saber que ele existe e que é inacessível, mas deixa suas marcas, faz vislumbrar a sua existência. O impossível não é foracluído, a contradição é assumida.

Gadet & Pêcheux (2004, p.48), falam de uma esquizofrenia e de uma paranóia em torno de uma "logofilia" que resulta na relação dos sujeitos com a língua, entre a lógica, o empirismo na Linguística, a psicose e a poesia: entre o amor pela língua materna e o desejo da língua ideal. Esse amor pela língua é o lugar de uma encruzilhada imaginária que nos dá o desejo de estudar Linguística, de nos voltarmos para um embate com a língua. A posição estruturalista, advinda da Psicanálise lacaniana, teria indicado, pelas relações entre imaginário,

simbólico e Real no inconsciente, que a deriva dessa logofilia, que caracteriza as ciências da linguagem, os poetas, e os psicóticos, têm dois pólos em que se estaciona. “Trata-se exatamente de dois gêneros de loucura, no sentido ao mesmo tempo gramatical e sexual: o “feminino” da língua materna, língua mãe do fluxo oral das palavras, o “masculino” da língua ideal, escritura em que o significante ausente domina a construção sintática” (id. p.51). No ideal da língua se inscreve “a figura do pai (o Faló, a Ordem, o Direito e a Razão), em conjunção e em desconjunção com a da mãe (a matriz, o fluxo, a Vida)” (id., p.51).

Assim, essa logofilia, “sintomatizaria o ponto dificilmente confessável, em que o mistério da sexualidade surge em meio às problemáticas da ciência lingüística” (id., ib.). Os autores remetem, por esse viés, essa logofilia a uma cena primitiva que amarra o laço inconsciente singular ao que vem da história “sob as figuras ideológicas do Direito e da Vida” (id., ib.): “o Édipo lingüístico corresponde ao fato de que toda a língua não pode ser dita, em qualquer língua que seja”(id., p.52, grifos meus). Ideologia e Inconsciente se imbricam. A função paterna e a função materna, figuras ideológicas advindas da história, produzem posição-sujeito e sua relação com certo modo de fazer sentido, constituindo materialidades significantes. Estrutura e acontecimento. O contraditório materialmente imbricado.

A existência da língua atinge o inconsciente e a história. Aí há um ponto de impossível, o Real da língua: se não há relação sexual, como diz Lacan, é impossível que dois sujeitos se unam. Em seu artigo também de 1981, “L’énoncé: enchâssement, articulation et dé-liaison”, no Colóquio “Matérialités Discoursives”, Pêcheux avança nesse caminho ao escrever sobre o enunciado, sua discursividade no intra-discurso, como ele pode conter um outro, como pode se articular com outro para formar uma sequência enunciativa. Pela metáfora do coito, o autor identifica uma sorte de analogia lingüístico-discursiva da sexualidade genital ‘accomplie’, bem-sucedida e frutuosa: se a frase gramatical ‘clássica’ metaforiza a relação sexual bem-

sucedida e frutuosa da sexualidade genital normal, e se, como se sabe, “não existe relação sexual’ (Lacan), que consequências resultam disso para a gramática?² (? , p.148)1. Althusser também havia vislumbrado isso ao se questionar sobre a relação entre a estrutura formal da linguagem, como condição de possibilidade absoluta da existência e da compreensão do inconsciente, as estruturas concretas do parentesco, e as formações concretas ideológicas em que são vividas as funções específicas (paternidade, maternidade, infância) implicadas nas estruturas do parentesco (ALTHUSSER, 2000, p.69-70).

A Linguística é possível, mas um impossível constitui a língua. Milner sentencia: “impossível de dizer, impossível de não dizer de uma determinada maneira”(op. Cit., p. 52). Neste caso, em que consiste a função do imaginário e do inconsciente pré-edipiano, que localizamos como predomínio da função materna, a *lalangue*, o Real da língua, imbricada, casada com as regras, com o simbólico, como predomínio da função paterna, ambos afetados pelo Real? A unidade é costurada nesse encontro entre ideologia e inconsciente. O corpo significante é interpretado com as grades do corpo biológico:

o trabalho do gramático e do lingüista consiste em construir a rede desse real, de maneira que essa rede faça Um, não como efeito de decisões que viriam arbitrariamente rasgar essa unidade em um fluxo, mas por um reconhecimento desse Um enquanto real, ou seja, como causa de si e da sua própria ordem. Fazer Lingüística é supor que o real da língua é representável, que ele guarda em si o repetível, e que esse repetível forma uma rede que autoriza a construção de regras. (id., p.53, nota 5)

2 No original: “Si la phrase grammaticale ‘classique’ métaphorise le rapport sexuel accompli et fructueux de la sexualité génitale ‘normale’, et si, comme on le sait, ‘il n’y a pas de rapport sexuel’ (Lacan), quelles conséquences en résulte-t-il pour la grammaire?”

Mas, os textos têm que ser interrogados em relação à sua posição em um campo histórico. “O sentido não preexiste à sua constituição nos processos discursivos” (id., p.158). Entretanto, sempre vão aparecer como se preexistissem, por isso é preciso desvelar a existência histórica das ‘materialidades discursivas’, superar a dicotomia entre “estrutura” e “acontecimento”, e pensar esse “Édipo linguageiro” como imbricação de estabilidades lógicas e derivas de sentido, cristalizações fluidas do que vem da história.

Assim a apreensão imaginária do Real estabelece as regras que discernem o que é impossível de simbolizar com o que é simbolizável. “Não há linguagem poética”(id., p.58), decretam Gadet & Pêcheux: é privilegiando o Saussure dos Anagrammes que, ao fazer do poético uma propriedade da língua, um deslizamento inerente a toda linguagem, se conseguirá estabelecer uma teoria da língua nas suas relações com o inconsciente, dominando o pensamento e impondo-lhe a ordem do negativo, do absurdo e da metáfora. O poeta seria apenas aquele que consegue levar essa propriedade da linguagem a seus últimos limites (id., p.58).

A *lalangue* é da ordem da satisfação da relação da mãe com seu filho, no jogo com os sons, na transmissão da língua materna, na língua dos amantes, da magia, na glossolalia, no delírio, na musicalidade, deixando a palavra fora de qualquer significação, apenas um fluxo polifônico, um rio onomatopaico, que tece um esboço de laço social no sujeito para sempre:

O não-idêntico que aí se manifesta pressupõe a alíngua, enquanto lugar em que se realiza o retorno do idêntico sob outras formas; a repetição do significante na alíngua não coincide com o espaço do repetível e que é próprio à língua, mas ela o fundamenta e, com ele, o equívoco que afeta esse espaço: o que faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras, e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos (id. p.55).

A pulsão e o descontrole da vida se enlaçam com o regramento e o controle da história para fazer o um aparente, o Édipo, o singular, que se representará como causa de si, apagando-se seu “passado” para si, seu DNA: o laço do político, do ideológico, em relação ao Imaginário, ao Simbólico e ao Real. Vimos que, na Psicanálise, é nessa imbricação que o que é da natureza se inscreve como cultura, outrora o lugar de passagem do Édipo freudiano: é pela função paterna que o exercício da nomeação permite à criança adquirir sua identidade (PLON & ROUDINESCO, 1998, p.542). Ao nomear, ao dar seu nome, o pai encarna a lei, exercendo uma função essencialmente simbólica.

Se é impossível de não dizer de determinada maneira, isso faz da enunciação aquilo que é possível. A maneira pela qual se tem que dizer. A sintaxe com suas regras, a língua com sua relativa lógica, estão em relação com um ponto de vista, um modo, um espaço e um tempo, uma enunciação. Logo, o ego, o sujeito consciente enunciador é construído pelo Real da língua, pelo Real da história, e pelo Real do Inconsciente como esse Édipo linguístico que se ilude de que contorna a contradição e se faz um um. Ora, vimos que o Real da língua tem a ver com *lalangue*, logo com a identificação imaginária, a função materna, um Real sem o controle do simbólico, e as leis da língua têm a ver com o pai simbólico, com a castração simbólica e o primado do significante. De 1975, quando Fuchs & Pêcheux afirmaram faltava radicalmente a teoria da ‘situação concreta’ dando conta do ‘vivido’ constituído pela estrutura da Ideologia, chegamos essa ilusão do Édipo linguageiro.

Debatemo-nos com as implicações: os enunciados, com suas aparentes completudes, unidades e acasalamentos seriam então o correspondente linguístico de um eterno desencontro entre a função materna e a função paterna em sua produção do um edipiano? E, conforme uma ou outra dominância, é possível relacionar a tipos específicos de materialidades significantes? Existem diferenças na produção de sentido e na constituição dos sujeitos em sociedades cujo domínio matriarcal é maior? Que diferenças

de relações de classes existem entre sociedades patriarcais e matriarcais? E sendo mais consequente, seria o audiovisual uma materialidade significativa cuja dominância é da identificação imaginária e o verbal, da identificação simbólica? O sujeito enunciador seria assim esse lugar de um Édipo bem-sucedido em sua cegueira, que viveria, segundo Freud, sua trágica revelação, o um que se divide em três: o sujeito que enuncia, sujeito ao imaginário, na ideologia, e sujeito ao outro, ao simbólico, no inconsciente e sujeito ao Real no impossível, no caos e na dispersão de si? Sujeito e sentido se equivalem assim?

O Édipo é resultado de uma união impossível, recebe uma organização para sua contradição insolúvel, entre ser deus e resolver seus enigmas e ser reduzido a nada em sua dispersão e morte. Eis aí, penso, o lugar para pensarmos o audiovisual, o lugar da sintaxe, da enunciação, o tempo-espaço imaginário simbolizado (e vice-versa). A estrutura e o acontecimento. Essa tese me leva em direção à compreensão do funcionamento do verbal e do não-verbal, ambos necessários para a constituição dos sujeitos e dos sentidos, afetados assim pelo imaginário e pelo simbólico em suas relações, disjunções e conexões, “em conjunção e em desconjunção”, como nos dizem os autores.

No meu entender, ao se pensar os dêiticos e toda essa transfiguração do empírico para o linguístico, lidamos com o discursivo da materialidade significativa afetada pela dominância do imaginário à materialidade significativa afetada pela dominância do simbólico. Freud (2010a, p.31) mostra que, no conteúdo de alguns sonhos, há associação entre sensações físicas que se passam durante o sono e imagens adequadas às emoções que se expressam por essas sensações quando se está acordado. A conexão entre uma sensação e uma emoção se transforma em conteúdo inconsciente, em imagens, durante o sono, quando a mesma sensação física se reproduz: “os sonhos interpretam os estímulos sensoriais objetivos tal como o fazem as ilusões (...) de maneira que o objeto percebido não interrompa o sono e seja utilizável para fins de realização de desejo” (id., p.334). Ver,

ouvir, entender, falar: da percepção física falha e equivocável, à materialidade discursiva, também falha e equivocável, ambas afetadas por processos metafóricos e metonímicos. Os processos empíricos se transfiguram em processos enunciativos, na ordem simbólica da língua, e retornam, reflexivamente, sobre eles. Os funcionamentos do verbal e do não-verbal em materialidades audiovisuais, dentre outras, encontram, dessa forma, seu fundamento. Tendo em vista estas conjunções, essa unidade imaginária do sujeito também tem seu fundamento no corpo do indivíduo, em suas sensações, percepções sensoriais e afetivas; e no imaginário controle do corpo como unidade autônoma e independente do meio, de relações e de sistemas.

Ora, a necessidade e a eficácia material do imaginário é fazer com que a diferença, a divisão, a contradição se manifeste imaginariamente como “unidade”. A interpelação se agarra no indivíduo tanto pelo inconsciente quanto por suas sensações e percepções, que dão a ele sua realidade: sendo clivado, fá-lo único. “A forma unitária é o meio essencial da divisão e da contradição” (Pêcheux, apud ORLANDI, 1995, p.18). A condição de existência do discurso é a dispersão dos sentidos e do sujeito, mas, em seu funcionamento, ele se materializa com aparência de unidade. “Essa ilusão de unidade é efeito ideológico, é construção necessária do imaginário discursivo” (id., p.18-19). Sensações e percepções “individuais” também têm sua espessura, sua materialidade histórica. Ela não é a mesma em todas as épocas e em todos os povos: é universal que o humano veja, ouça, sinta, mas ver, ouvir, sentir também têm suas condições de produção e circulação. Quem tenta aprender uma língua estrangeira, quem conhece outras culturas, ou quem fica diante de imagens artísticas produzidas desde a antiguidade sabe que a percepção do corpo humano não é a mesma em todas as sociedades e todas as histórias.

O corpo assim é uma fronteira imaginária e material do sujeito que ele transpõe, ou tenta transpor, ao se relacionar e ao produzir sentido. Assim também são os significantes

em relação aos sentidos. Isso faz com que o sujeito possa tanto se identificar com, quanto resistir a outras materialidades significantes. Identificação imaginária e simbólica. Objetivações e objetificações significantes dos sujeitos e dos sentidos. Essas identificações acabam por receber regras, controles, tempos, espaços, dominâncias nas relações sociais.

Na relação entre a função materna e o universo pré-edipiano, não castrado, está uma continuidade sempre atuante, um mundo arcaico e sem limites, no qual a lei (paterna) não intervém. O que há é a simbiose, das imagens introjetadas, dos deslizamentos incessantes, das substituições intermináveis, das trocas e intercâmbios e das relações de objeto. Metáfora e metonímia incessantes. O movimento do Real, o nonsense. Se pelo imaginário não há fronteiras intersubjetivas, não há diferenças discursivas, parece que é essa regressão que imaginária e compulsivamente repetimos e buscamos diante das materialidades audiovisuais. O que também me parece indicar que daí teria vindo a força ideológica do funcionamento do audiovisual na nossa subjetividade e o efeito do ritual do cinema, com a sala escura, a injunção ao predomínio perceptivo da visão e da audição.

Os psicanalistas falam da experiência de concretização do Édipo e da Castração como "drama", "teatro", "cena", "encenação", "maquinaria", "encenador", etc., "há toda a distância do espectador, que se toma pelo teatro, ao próprio teatro" (ALTHUSSER, 2000, p.69). A fantasia primordial constitui todas as outras fantasias literárias, musicais, teatrais, cinematográficas, audiovisuais, imaginativas. Seriam derivações e deslizamentos metafóricos:

o Édipo não é, pois, um "sentido" oculto, a que faltaria apenas a consciência ou a palavra - o Édipo não é uma estrutura enterrada no passado, que é sempre possível reestruturar ou superar, "reativando-lhe o sentido"; o Édipo é a estrutura dramática, a "máquina teatral" imposta pela Lei da Cultura a qualquer candidato, involuntário e forçado, à Humanidade, uma estrutura que contém em si própria não apenas a

possibilidade, mas a necessidade das variações concretas em que ela existe, para todo indivíduo que pode chegar ao seu limiar, vivê-lo e sobreviver a ele (id., ib.).

Faz sentido que essa estrutura edipiana invariante possa ser considerada a base material sobre a qual se constitui o sujeito e suas produções significantes. A estrutura dramática constitutiva da elaboração de roteiros, posta pelo algoritmo "alguém quer alguma coisa desesperadamente e está tendo dificuldade em obtê-la" (HOWARD & MABLEY, 1996, p.58) ou a lei newtoniana de que para cada ação há uma reação igual em sentido contrário, também são metaforizações e metonimizadas dessa base material invariante.

Pêcheux (2009, p.154-5) afirma que a unidade imaginária do sujeito, sua identidade encontra um de seus fundamentos na incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso no intradiscurso. O interdiscurso, como pré-construído, fornece a matéria-prima, diz ele, "na qual o sujeito se constitui como 'sujeito falante', com a formação discursiva que o assujeita" (id.ib.) Como também afirma Orlandi: "A identidade - que exige coerência, unicidade, heterogeneidade disciplinada - produzida por nossa relação à linguagem, nos torna visíveis e intercambiáveis, como sujeitos" (ORLANDI, 1995, p.56).

Althusser nos diz que é de forma imaginária que representamos nossas condições reais de existência. O sujeito vê com seus olhos e ouve com seus ouvidos, e sabe o que tem que pensar do que vê e do que ouve. A ilusão subjetiva e os esquecimentos que Pêcheux afirma têm a ver com essa passagem do corpo biológico ao corpo significativo: o sujeito enunciador, a partir das percepções biopsicossociais, ganha sua singularidade biopsicossocial e sua interpelação ideológica, sendo suporte de uma organização à sua revelia.

Desse modo, a materialidade significativa do Édipo linguageiro é esse Um temporário que os diferentes tipos de Real fizeram surgir, fizeram se individualizar contraditoriamente num tempo e num espaço, e que também farão se homogeneizar, dando lugar para

outras materialidades, fazendo com que algumas materialidades instituídas, se tornem instituintes, entrem na memória discursiva, como parte da rede significativa, como pressuposto, como pré-construído, mas que é, ao mesmo tempo resultado material de uma imbricação entre o Real do sentido, o Real da História, e o funcionamento do simbólico e do imaginário em sua relação com o Real da língua e do inconsciente.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- _____. **Freud e Lacan. Marx e Freud**. 4a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- _____. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BONNAFOUS, Simone; LEON, Jacqueline; MARANDIN, Jean-Marie; PECHEUX, Michel. APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO (1982) in GADET, F. & HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Unicamp, 1997.
- ENGELS, F. MARX, K. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.
- FREUD, Sigmund. **A Interpretação dos Sonhos**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010a.
- FUCHS, C. & PECHEUX, M. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975) in GADET, F. & HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Unicamp, 1997.
- GADET, F. & HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Unicamp, 1997.
- GADET, F., LEON, J. & PECHEUX, M. Observações sobre a estabilidade de uma construção completa in ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de Leitura da História no Discurso**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2010.
- GADET, F., LEON, Jacqueline, MALDIDIER, Denise e PLON, Michel. Apresentação da conjuntura em Linguística, em Psicanálise e em Informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969.
- GADET, Françoise & Pêcheux. **A Língua Inatingível: o discurso na história da Linguística**. Campinas: Pontes, 2004.
- GUILHAUMOU, Jacques. OÙ VA L'ANALYSE DE DISCOURS? AUTOUR DE LA NOTION DE FORMATION DISCURSIVE. juin 2004 pour l'édition électronique.
- HENRY, Paul. **A Ferramenta Imperfeita**. Campinas, SP: ed. Unicamp, 1992.
- _____. **Os Fundamentos Teóricos da Análise Automática de Discurso**, de Michel Pêcheux (1969) in GADET, F. & HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Unicamp, 1997.
- HOWARD, David & MABLEY, Edward. **Teoria e Prática do Roteiro**. São Paulo: Globo, 1996.
- LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 1: os escritos de Freud**. Tradução: Betty Milan. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- _____. **Escritos**. Tradução: Ines Oseki-Depre. São Paulo; Perspectiva, 2008.
- _____. **Nomes-do-Pai**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- _____. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003.
- _____. **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998a.
- _____. **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais de psicanálise**. Tradução: M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.

_____. **Seminário 23, Classe 10, Lo real es sin ley**, 13 de Abril de 1976, arquivo digital, pdf.

LAGAZZI, Suzy. **A Materialidade Significante em Análise**. In: A Análise do Discurso e suas Interfaces. Leda Verdiani Tfouni, Dionéia Motta Monte-Serrat e Paula Chiaretti (org.) São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

_____. Análise de Discurso: A materialidade significativa na história. In: **Linguagem, História e Memória: discursos em movimento**. A. Di Renzo, A.L. A.R. da Motta, T.P.de Oliveira (orgs.) Campinas: Pontes, 2011b.

_____. O recorte significativo na memória. Apresentação no III SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS, Porto Alegre, 2007. In: **O Discurso na Contemporaneidade. Materialidades e Fronteiras**. F. Indursky, M. C. L. Ferreira & S. Mittmann (orgs.). São Carlos, Claraluz, 2009.

_____. O recorte significativo na memória. In: **III SEAD – Seminário de estudos em Análise do discurso – O discursos na contemporaneidade: materialidades e fronteiras. Simpósio I: Língua, hiperlíngua e arquivo**, 29 out – 1 nov. 2007, Rio Grande do Sul: UFRGS.

_____. **A Discussão do Sujeito no movimento do discurso**. Tese de Doutorado. Orientadora: Eni Orlandi. Campinas, SP: Unicamp/IEL. 1998.

LAGAZZI, S. **O desafio de dizer não**. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: Pontes, 1988.

_____. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes. 1993.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. **A crítica social em Tereza. Na conjunção de diferentes materialidades**. Anpoll 2006, GT de Análise de Discurso, 2006.

_____. Texto e autoria. In: LAGAZZI-RODRIGUES, S. & ORLANDI, E. (Org.). **Discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

_____. A prática do confronto com a materialidade significativa: um desafio. Em: Guimarães, E. e Brum, M. (org.) **Sentido e memória**, Campinas: Pontes, 2005.

_____. Percursos que se cruzam. Leituras que se abrem. Em: ORLANDI, E. (org.) **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes, 2003.

LECOMTE, Alain, LEON, Jacqueline e MARANDIN, Jean-Marie. **ANALISE DO DISCURSO: ESTRATÉGIAS DE DESCRICAO TEXTUAL** (1984)

LEITE, Márcio. **O Pai em Psicanálise: Função Paterna e Clínica da Castração**. Site www.marciopeter.com.br, 1997, acessado em 25 de outubro de 2009.

MALDIDIER, D. Elementos para uma História da Análise de Discurso na França in ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de Leitura da História no Discurso**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2010.

MARIANI, B. **Subjetividade e Imaginário Linguístico. Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 3, Número Especial, p. 55-72, 2003.

ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de Leitura da História no Discurso**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2010.

_____. **A noção da materialidade**. Vídeo: Reunião de trabalho do Grupo DICIT. Campinas: Unicamp/Labeurb. 2007 acessado em 12/05/2008, às 23h30min <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/verVideo.lab?id=28>

_____. “Do sujeito na História e no Simbólico”. In: **Língua e Conhecimento Linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo. 2002

_____. Do Sujeito na História e no Simbólico in **Escritos**, Labeurb, Campinas, SP: Unicamp, 1999.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Discurso e Argumentação: um Observatório do Político.** Florianópolis: Fórum Lingüístico, n. 1 (73-81), jul.-dez. 1998.

_____. (org.). **Escritos.** LABEURB, 1998.

_____. **Interpretação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. **As Formas do Silêncio.** Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1995. 3a. ed.

_____. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) **Lingüística: Questões e Controvérsias. Série Estudos, número 10,** Uberaba, Fiube, 1984.

_____. O Efeito de Real. **Revista Poésis**, n.13, p. 241-259, agosto de 2009.

_____. Ler o Arquivo Hoje in ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de Leitura da História no Discurso.** Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2010.

_____. **Semântica e Discurso, uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas, SP: ed. Unicamp, 2009.

_____. **Discurso: Estrutura ou Acontecimento?** Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. Papel da Memória in ACHARD, Pierre et alii. **Papel da Memória.** Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69) in GADET, F. & HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas, SP: Unicamp. 1997a.

_____. Análise de Discurso: Três Épocas(1983) in GADET, F. & HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas, SP: Unicamp. 1997b.

_____. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. **Cad. Est. Ling.,** Campinas, no. 19, jul./dez., 1990.

_____. in CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques, GADET, Françoise, MARANDIN, Jean-Marie, PÊCHEUX, Michel. **Matérialités discursives.** Lille, França: Presses universitaires de Lille, 1981.

_____. PLON, Michel & ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário de Psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. PORGE, Erik. **Jacques Lacan, um psicanalista: percurso de um ensino /** tradução de Cláudia Thereza Guimarães de Lemos, Nina Virginia de Araújo Leite e Viviane Veras. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

_____. TEIXEIRA, Marlene. **Análise de Discurso e Psicanálise.** Porto Alegre: EdiPUCRS, 2005.

Recebido em: 06 de março de 2013.

Aceito em: 22 de abril de 2013.